

"Sem xenofobia nem emoção"

ANC P5
 JOSÉ NÉUMANNE PINTO

O que é mais nocivo à democracia: a existência de três ministros militares, devendo obediência direta ao presidente da República, e, pelo menos teoricamente, equipotentes, ou a reunião de todos os poderes militares num só ministro, o da Defesa, com os comandantes militares das Forças sem dever diretamente obediência ao presidente? Para responder a esta pergunta, Ricardo Flúza, um pernambucano alto e agitado, não usa de meias palavras nem de expressões suaves. Ele acha que é melhor para a democracia manter os ministérios militares, tais como são hoje, e elimina a possibilidade de criação do Ministério da Defesa na futura Constituição do Brasil, no relatório que preparou dos trabalhos da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança e no anteprojeto que apresenta à Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

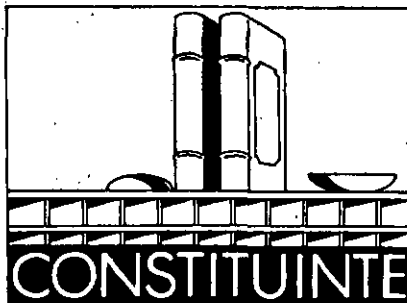
O relatório, impresso em 38 páginas, já se transformou num tema polêmico de discussões nos corredores do Congresso Nacional. O deputado José Genoíno, do PT de São Paulo, promete preparar um anti-relatório, porque não se satisfaz com absolutamente nada do que Flúza consagrou, seja na doutrina, seja no anteprojeto articulado. "Alguns companheiros ainda não tiraram o pé do palanque", respondeu Ricardo Flúza, que é do PFL de Pernambuco e ligado ao ex-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. Para Flúza, "as reações da esquerda não refletem uma tendência da Casa, mas o barulho de uma minoria ativista". O relatório, que lhe custou cem horas de trabalho ininterrupto, em casa, será mantido ou derrubado na íntegra, na reunião final da subcomissão, "pois encerra uma doutrina, um pensamento coeso", segundo ele.

"O importante é que eu tirei da letra constitucional qualquer iniciativa das Forças Armadas, que são submetidas ao poder civil. Quero, aliás, lembrar que, nesse sentido, as Constituições dos países comunistas são muito mais rigorosas na preservação das prerrogativas das Forças Armadas. O problema é que esse pessoal da esquerda que critica o relatório — principalmente Haroldo Lima, do PC do B, e José Genoíno, do PT — nunca leu as Constituições da União Soviética e de Cuba. Eu li", disse Ricardo Flúza.

A pergunta que ele respondeu, a respeito da polêmica do Ministério da Defesa, tem também um aspecto

ideológico. Flúza é liberal e acha que o Ministério da Defesa, tal como a esquerda pretende, seria a criação de mais uma estrutura burocrática, mais um cabide de empregos. "Pensar que seria uma economia para a Nação, eliminando três ministérios, é de uma ingenuidade imprópria até para os santos", observa. Quanto ao argumento de que as Forças Armadas precisam articular-se, ele opina que isso já acontece, com a atuação do Estado-Maior das Forças Armadas.

"Num momento de fraqueza do poder presidencial, inexistência de instituições e de partidos, só construirá o império da lei aquele que tentar ver sem preconceitos e julgar sem parti pris. Reconheço que o sentimento de mudança é a mais marcante característica do momento político brasileiro. Politicamente, esse sentimento busca romper com o círculo vicioso que prende o Brasil ao movimento pendular entre o autoritarismo indesejável e o populismo inconsequente. Mas não se pode promover essa mudança à base do emocionalismo, que só pode levar a Constituição, que estamos preparando, à confusão e à contradição doutrinária", disse. Por isso, Ricardo Flúza lembra que o desejo de mudança não pode levar a uma xenofobia nefasta, apesar de, necessariamente, levar a uma Constituição de cunho "patriótico-nacionalista", segundo sua própria definição. "O irrealismo tem sido uma fonte permanente de crises", completou.



Na conceituação de seu anteprojeto articulado, Flúza defende que "os verdadeiros democratas sabem que a liberdade é fruto da ordem no estado de direito, filha da ordem jurídica". Para o deputado, segurança e liberdade não se excluem nem se antagonizam, mas se compatibilizam. Por isso, ele altera o conceito de Segurança Nacional, que deixa de ser uma doutrina, "pois segurança é um estado de espírito, um sentimento, é intangível". Na opinião do relator, "a Segurança Nacional deve ser acima de tudo a garantia da liberdade".

Em seu relatório, Flúza permite o emprego de Forças Armadas em "grave perturbação da ordem ou comoção intestina grave", mas não admite confundir isso com ações de polícia. Para ele, o emprego das Forças Armadas evita o acionamento dos mecanismos de defesa do Estado ou até o recurso mais grave de intervenção em algum Estado onde a ordem seja perturbada.

"Desafio que me provem ser qualquer um dos artigos do anteprojeto autoritário. Nele, as Forças Armadas são subjugadas ao poder civil", insistiu Flúza, que reconheceu: de todas as contribuições que recebeu, as mais articuladas e abertas foram das próprias Forças. Uma delas, segundo ele, é indiscutível: o Brasil não pode prescindir do serviço militar obrigatório, pois não há dinheiro para sustentar um Exército profissional.

O relator também não aceitou a ideia de incluir líderes de todos os partidos políticos no Conselho de Segurança Nacional. "Como são 13 partidos, não teríamos um conselho, mas um comércio da Segurança Nacional". O conceito de Estado de Emergência é substituído pelo Estado de Defesa, que só pode ser convocado com autorização do Congresso Nacional. Além disso, o presidente é obrigado a prestar contas ao Conselho, formado pelos ministros de Estado e pelos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

No relatório preparado por Ricardo Flúza são abolidas as expressões Polícia Civil e Polícia Militar, mas as instituições são mantidas, a primeira com a intitulação de Polícia Judiciária e a segunda com a denominação de Força Policial. A Polícia Federal é mantida e são incorporados os Corpos de Bombeiros e Guardas Municipais, às quais compete apenas proteger o patrimônio dos municípios.

Para chegar ao relatório, Flúza fez um quadro estatístico de todas as sugestões apresentadas e depois as resumiu. Entre essas sugestões há a do petista mineiro Virgílio Guimarães, propondo que as tropas elejam seus comandantes pelo voto direto e que as promoções militares aconteçam por concurso interno. A sugestão prevê ainda a existência de um comandante-adjunto nomeado pelo Congresso Nacional. Todas essas sugestões foram catalogadas, mas Flúza reconhece que não pôde incluí-las todas, porque o relatório precisava, sobretudo, de coerência doutrinária e "essa geléia geral de insensatez e demagogia populista não ajudaria a lhe dar consistência".